

RELAÇÕES ENTRE SUBJETIVIDADE E LINGUAGEM NOS PROCEDIMENTOS DA PSICANÁLISE*

Luiz Augusto Monnerat Ceies**
Universidade Federal do Espírito Santo

RESUMO - Nos procedimentos da prática psicanalítica freudiana, delimitam-se funções expressiva e constitutiva da linguagem com relação à subjetividade. Uma análise histórico-sistemática da prática psicanalítica revela que seus procedimentos não se esgotam na interpretação (hermenêutica) do discurso do paciente, mas que são também procedimentos de sua construção. Faz-se, então, a crítica das relações entre as funções ou posições expressiva e constitutiva da linguagem, mostrando que, não sendo excludentes, elas, tão-pouco, podem ser entendidas como complementares.

RELATIONS BETWEEN SUBJECTIVITY AND LANGUAGE IN THE PSYCHOANALYTIC PROCEEDINGS

ABSTRACT - This article delimits the expressive and constitutive function of language in the relation to subjectivity in the Freudian proceeding of psychoanalytic practice. It shows, in a hystoric-systematic analysis of such practice, that its proceedings are not exhausted in the interpretation (hermeneutics) of the patient's discourse. They are also proceedings of construction. Finally, the relation between the expressive and constitutive function or position of language are criticized, by showing that they neither exclude each other, nor can be understood as complementary.

INTRODUÇÃO

Gostaríamos de desenvolver algumas reflexões sobre o lugar da linguagem na psicanálise, enquanto esta se propõe o conhecimento da subjetividade. Não pretendemos demonstrar, nem justificar qualquer hipótese a respeito do que

*O autor agradece aos professores Anna Maria R. Coutinho, da PUC/RJ, Luís Cláudio M. Figueiredo, da USP e Tânia Coelho dos Santos, da PUC/RJ e USU, por suas leituras e comentários à primeira versão deste texto. Agradece, ainda, ao Prof. Cícero Shott Monnerat, pela revisão final.

** Endereço do autor: Rua João Afonso, 97, FDS, SBD - Humaitá - 22.261 - Rio de Janeiro

seria a melhor compreensão da relação entre a psicanálise e a linguagem de maneira global. Também não pretendemos estabelecer ou mesmo avaliar qualquer espécie de teoria psicanalítica do sujeito constituído pela linguagem, por mais legítimo que isto seja. Manter-nos-emos em alguns aspectos dos procedimentos da prática psicanalítica, tais como Freud os expressou.

A dispersão da psicanálise, não só a imposta por Freud, mas também pelos que vieram depois, torna difícil o uso da expressão "a psicanálise". Isto não nos impede de usá-la, tendo sempre em vista a delimitação que fizemos de que estamos nos referindo à obra de Freud ou pelo menos àquilo que dela tomamos aqui. Isto não exime o texto de uma determinada "tendência" na interpretação de Freud. Tendência, não obstante, que se revelará ao longo da argumentação.

A prática psicanalítica se dá, por definição, no discurso - é uma prática discursiva. A maneira característica de se estabelecer a fala do analisando e do analista, com vistas ao conhecimento e à transformação da subjetividade, permite-nos apontar ou delimitar duas posições distintas das relações entre a subjetividade e linguagem nela implicadas.

As duas posições, ou aspectos, podem ser resumidas: 1º) A psicanálise toma a linguagem como função de expressão da subjetividade; 2º) A psicanálise toma a linguagem como constitutiva da subjetividade.

As duas distintas posições da linguagem não têm, como esperamos mostrar, o caráter de complementariedade, ainda que tanto a função expressiva quanto a constitutiva estejam necessariamente implicadas na prática analítica. Porque, a psicanálise, colocando a fala do paciente sob crítica, revela-o constituído na linguagem.

Nossa análise será, a um só tempo, histórica e sistemática. Será histórica, porque, em alguma medida, buscará as implicações da evolução, em grandes passos, dos procedimentos freudianos para a compreensão da relação entre linguagem e subjetividade. Será sistemática, porque não tratará de vincular, em seqüência, os dois aspectos apontados da relação entre linguagem e subjetividade aos avanços da prática analítica. Ao contrário, buscará ver como ambos estão desde o início implicados; como é fundante para a psicanálise a tensão entre fala e crítica, expressão e construção.

A LINGUAGEM TOMADA COMO FUNÇÃO DE EXPRESSÃO DA SUBJETIVIDADE

Na "Discussão" do caso "Senhorita Elizabeth", Freud nos expõe seu método de então e seus motivos, em um parágrafo bastante rico que passamos a apresentar, ainda que longo.

"Nem sempre fui psicoterapeuta. Como outros neurologistas fui preparado para empregar diagnósticos locais e eletroprognose, e ainda me surpreende que os históricos de casos que escrevo pareçam contos e que, como se poderia dizer, eles se ressintam do ar de seriedade da ciência. Devo consolar-me com a reflexão de que a natureza do assunto é evidentemente a responsável por isso, antes do que qualquer preferência minha. O fato é que o diagnóstico local e as reações elétricas, não levam a parte alguma no estudo da histeria, ao passo que uma descrição pormenorizada dos processos mentais, como os que estamos acostumados a encontrar nas obras literárias, me permite, com emprego de algumas fórmulas psicológicas, obter pelo menos certa compreensão do curso da

afecção. Relatos dessa natureza destinam-se a ser julgados como psiquiátricos; possuem, contudo, uma vantagem sobre os outros, a saber, uma ligação íntima entre a história dos sofrimentos do paciente e os sintomas de sua doença - uma ligação pela qual ainda procuramos em vão nas biografias de outras psicoses." (Breuer e Freud, 1985, p. 209/210 - tradução modificada)

O que Freud faz, diferencia-se do que faz o neurologista, por motivos aí mesmo contrapostos e aproxima-se do fazer psiquiátrico para, contudo, dele se afastar, trazendo certo ganho na compreensão da neurose. A neurose acaba compreendida não quando se estabelecem diagnósticos, mas quando se traça uma história do caso, permitindo uma "ligação íntima entre a história dos sofrimentos do paciente e os sintomas de sua doença". Os sintomas isolados não levam a lugar nenhum; os sintomas ligados à história do paciente possibilitam uma compreensão. A história do caso é meio de compreensão da neurose e, também, dos sintomas. A neurose tem história, a história é a própria história do paciente, de seus sofrimentos. A história do caso permite a compreensão do paciente, revela ou expressa a sua neurose, a sua verdade. Mas a história do caso, Freud nos alerta, por duas vezes, na citação transcrita, que permite compreender o curso de uma afecção, deve ser como um **conto**, isto é, formar "descrições pormenorizadas dos processos mentais, como os que estamos acostumados a encontrar nas obras literárias". Essas descrições são, podemos dizer, narrativas.

Se Freud se surpreende, porque, o que ele faz, não se enquadra nos procedimentos médicos para os quais foi preparado, não obstante sabe bem o que faz, pelo menos no sentido de saber em que âmbito da atividade humana se enquadra o que ele faz: entre os poetas. Os poetas ou os literatos fazem isso que Freud designa de "descrições pormenorizadas dos processos mentais". Ora, evidentemente não estamos justificados em pensar que a descrição dos poetas é como a descrição que um psicólogo faria. Os processos mentais que os poetas descrevem são as suas vivências, pormenorizadamente, nos mínimos detalhes, ou melhor, em pormenores os mais inesperados. São descrições espontâneas, livres e sinceras das suas atividades imaginosas as mais singulares, (a)

Que as descrições freudianas não são de natureza científica, está dito no texto citado de Freud. Também não são quaisquer espécie de descrições científicas romanceadas, uma vez que Freud delimita sua natureza, comparando-as a "contos", "obras literárias" (literalmente, "obras poéticas") e "relatos". Os relatos, como sendo do tipo poético ou do tipo que os poetas os fazem - segundo os entende Freud - quer dizer, relatos espontâneos de vivências, se reafirma na regra fundamental da psicanálise:

(a) A respeito da expressão poética de si mesmo, como própria a toda tradição alemã dos sec. XVIII e XIX, a qual certamente Freud herdou, expressa-o, por exemplo, Gusdorf (1976), Guinsburg (Org.) (1985), Hartmann (1983), dentre outros. A inserção, ainda que parcial, de Freud nesta tradição, era clara para ele mesmo - revelando-se, por exemplo, em sua aproximação explícita a Friedrich Schiller (cf. Freud, 1900, p. 110) e em suas espalhadas referências a outros românticos, como a Goethe. Lacan (1978, p. 245) nos alerta para o fato de que não há por que pensar que Freud não sabia o que fazia. De fato, sem recorrermos à incomoda tentativa de contextualização, pode-se ver com precisão o que Freud entendia por "descrições pormenorizadas dos processos mentais" e verificar que, no caso, é o psicólogo que toma do poeta uma lição.

"Informamos a ele (paciente) ... que o êxito da psicanálise depende de ele notar e relatar o que quer que lhe venha à cabeça e não cair no erro, por exemplo, de suprimir uma idéia porque ela o impressiona como desprovida de importância ou porque lhe pareça destituída de sentido. Deve adotar uma atitude inteiramente imparcial ao que lhe ocorre... (para se)... alcançar o desejado deslindamento de seu sonho ou da idéia obsessiva ou do que quer que seja." (Freud, 1900, p. 108)

Trata-se aqui da narrativa do paciente, da narrativa a mais espontânea que possa ser (quer dizer, sem autocríticas) das idéias que vêm à sua cabeça. Se essas narrativas de si ou do que se passa em si mesmo, não são propriamente poéticas, no sentido crítico literário, é porque não estão, por assim dizer, impessoalizadas no estilo, como o próprio Freud nos indica:

"Ele (o poeta) representa suas fantasias mais pessoais plenas de desejo como realizadas; mas elas só se tornam obra de arte quando passam por uma transformação que atenua o que nelas é ofensivo, oculta sua origem pessoal e, obedecendo às leis da beleza, seduz outras pessoas com uma gratificação prazerosa." (Freud, 1913, p. 223)

Ora, o que Freud descreve nas histórias de casos, é o processo psicanalítico completo e não somente a narrativa do paciente: é a narrativa do paciente acrescida de certas "fórmulas psicológicas", que permitem a Freud completar a inteligência do que o paciente relata, permitem-lhe determinar o sentido e deslindar um sonho, uma idéia obsessiva, uma fantasia, um desejo ou o que quer que seja. Define-se, assim, a interpretação, interpretação no sentido do procedimento psicanalítico, estabelecida em definitivo na **Interpretação dos Sonhos** (Freud, 1900). Assim, a narrativa do paciente, sua fala, a linguagem que ele utiliza, constitui-se meio de expressão de sua subjetividade e meio de interpretação, quer dizer, meio pelo qual se pode estabelecer uma ligação íntima dos seus sintomas com a sua história. Como observa Forrester (1983), a linguagem tem em Freud a posição de um terceiro entre o sintoma (o sonho, a fantasia, etc.) e ... aquilo que à época dos **Estudos sobre a Histeria** (Breuer e Freud, 1895) é tematizado como a história do paciente (cf. Forrester, o.c, p. 59), mas que depois o será na forma do "inconsciente". (b)

Como termo de relação entre fatos ou fantasias de um passado esquecido, ou conteúdos recalçados do inconsciente e os sintomas, a fala mantém-se como o terceiro elemento capaz de expressar o esquecido ou o recalçado e capaz de, estabelecendo uma ligação íntima com o sintoma ou o sofrimento do paciente, promover a sua compreensão. É nesta medida que se pode entender a linguagem nos procedimentos psicanalíticos tomada como função de expressão da subjetividade.

(b) Huber, Piron e Vergote (s/d) defendem a idéia de que já nos **Estudos sobre a Histeria** (Breuer e Freud, 1895) há expressa uma certa concepção de arranjo das idéias que o paciente apresenta na análise, arranjo que traduziria o que, mais tarde, Freud tematizaria como a estrutura do inconsciente. Nós defendemos a idéia de que mesmo a tematização do inconsciente não fez Freud descartar-se da idéia de história, ainda que a mantenha, então, sob determinada tensão e em uma concepção que não poderia ser identificada com qualquer posição historicista, como poderíamos supor estar presente nos **Estudos...**, se for tomada parcialmente a interpretação de Forrester.

O que é a subjetividade, nós o temos visto, nessas poucas passagens por Freud, abrangendo conceitos e expressões diversas. São os "processos mentais", as fantasias, os desejos, as idéias, a história passada e esquecida do paciente, os conteúdos recalçados do inconsciente, etc. Esses conceitos e expressões não se referem a um mesmo nível de realidade e estão empregados, certamente, de acordo com as preocupações que guiam Freud nos textos dos quais as tiramos. Aqui não vamos tratar de esclarecer suas diversas interseções e afastamentos, senão segundo dois grandes grupos de interesse imediato para o nosso texto. Tomemos as "idéias" em contraposição a história esquecida do paciente e a conteúdos do inconsciente, excluindo da noção de "idéias" aquilo que Freud irá designar "idéias inconscientes" que, grosso modo, tomamos agora como sinônimo de conteúdos recalçados do inconsciente.

As "idéias" que Freud pede que os pacientes narrem com imparcialidade, são idéias conscientes; só a respeito do que, aliás, é plausível, segundo a própria teoria psicanalítica, a exigência freudiana. A consciência é, segundo Freud (cf., por exemplo, 1895, p. 348 e 1933, p. 90), a única via de acesso àquilo que dará sentido ao sintoma, ao sonho... Pois bem, poder-se-ia contra-argumentar, de posse da mesma teoria psicanalítica, tal como aparece, por exemplo, no **Projeto para uma Psicologia Científica** (Freud, 1950/1935) e no capítulo VII da **Interpretação dos Sonhos** (Freud, 1900), que as "idéias" já estão elas mesmas ligadas às palavras, ou mais radicalmente, são palavras, ainda que não articuladas. Por conseguinte, a narrativa do paciente não seria meio de relação entre o sintoma e aquela outra 'coisa', mas, no máximo, um meio de expressão das idéias conscientes; ou que ela seria simplesmente pura repetição do que já está lá 'dito', em forma de "idéias". Desta maneira, seriam estas sim, as verdadeiras mediadoras.

É verdade. Segundo ainda a teoria psicanalítica, a natureza da história esquecida ou dos conteúdos recalçados é precisamente terem perdido suas representações de palavras, por isso inacessíveis a consciência constituindo-se em representações de coisas. Sem discutirmos, como prometemos, essas intrincadas relações, diferenças e posteriores modificações das concepções de "representação de palavra" e "representação de coisas", podemos manter o nosso argumento, ou nossa hipótese, simplesmente indicando aquilo que precisamente a regra fundamental da psicanálise exige do paciente e nos lembra, a saber, que as "idéias" **têm que ser ditas**. Dizê-las, mesmo que estejam sempre lá à disposição do paciente, mesmo que conscientes - e é sempre consciente o que se diz - é que se constitui na regra fundamental para que a psicanálise se faça possível. Pode-se pensar, para isso, em pelo menos uma razão prática, a saber, é por narrar-se (o paciente) que o psicanalista pode interpretar, quer dizer, estabelecer para outros conteúdos recalçados as representações de palavras que lhes seriam próprias.

Há, porém, uma outra razão que se não é propriamente uma razão prática ou uma razão de procedimento, foi, pelo menos inicialmente, uma razão empírica. É como se a prática tivesse ensinado que somente dizendo as "idéias" que estão na cabeça, outras coisas, propriamente inconscientes ou esquecidas, poderiam ser ditas: o primeiro dizer com condição dos outros. Como se a subjetividade estivesse arrumada em cadeias de 'coisas' ignoradas, cuja condição de cognoscibilidade seria dizer aquilo que precisamente está ali, já quase dito - porque consciente - na superfície a mais externa, como se estivesse para ser

mesmo dito, ainda que o paciente ache sem importância, sem sentido, ou simplesmente sem razão e sem nexos. Ora, uma tal concepção da subjetividade, decorrente da linguagem como expressão, meio e 'ativadora', é tão propriamente psicanalítica e tão enraizada na prática analítica que Freud já nos **Estudos sobre a Histeria** (Breuer e Freud, 1895, p. 345s) estabeleceu, sem teoria psicanalítica alguma (?) que desse apoio, três tipos básicos de arranjos nos quais se agrupariam essas redes de "idéias" que a análise revela e que, inicialmente, são desconhecidas.

É neste sentido que a narrativa do paciente, a linguagem propriamente falada, nessa forma do discurso de si mesmo, pode ser entendida, nos procedimentos da psicanálise, como função de expressão e condição para elucidação da subjetividade.

Em determinados momentos, porém, no desenvolver da obra de Freud, se explícita a idéia de que o discurso particular do paciente perde parte de seu valor para o procedimento de compreensão. É justamente o que Forrester (1983, cap. 3) nos aponta com a adoção paulatina por Freud, inclusive por influência de Jung, de uma concepção de símbolos em relações fixas com seus significados, levando-o a acrescentar o capítulo sobre simbolismo na **Interpretação dos Sonhos** (Freud, 1900). Mas Forrester observa que Freud, levado por necessidades práticas referentes aos limites das "recordações" em análise (e sancionado por algumas evidências empíricas - o caso com Stekel e mesmo com Jung) e necessidades teóricas em outro nível, estabelece as relações dos símbolos com seus significados de maneira, não obstante, diferente de Jung: é na história que, novamente, Freud vai fundamentar essas relações; só que na história da linguagem, nas origens da linguagem, numa certa condição "primeva" da origem da linguagem e da civilização.

Assim, é ainda a linguagem, e a linguagem falada, agora em uma concepção universal e originária, que se mantém como meio de expressão da subjetividade individual e condição para a sua compreensão. No caso, o que está em jogo não é mais a história individual do paciente, mas a história de uma linguagem, melhor dito, a história da linguagem, a história da civilização ou da humanidade propriamente. Mas os símbolos continuam sendo para Freud somente um momento da análise, um recurso para o seu limite.

Na argumentação dos fundamentos dos símbolos desenvolvida por Forrester, como indicado acima, já aparece uma posição constitutiva da linguagem, no caso constitutiva da civilização, que nos leva ao segundo e último ponto deste texto.

A LINGUAGEM TOMADA COMO CONSTITUTIVA DA SUBJETIVIDADE

De alguma maneira, já explicitamos a idéia de como a prática analítica, entendida como interpretação do sentido, faz-nos conceber a subjetividade como constituída por redes de "idéias" e de 'coisas' a serem ditas, a serem associadas a palavras, e, por vezes, resistindo a essas associações.

Contudo, a prática analítica não se esgota em uma hermenêutica do sentido do sintoma, do sonho, da fantasia ou do discurso do paciente (em parte ou no todo) para a compreensão de sua subjetividade. Para buscarmos a especificidade da prática analítica, no que concerne a este texto, voltemo-nos para os efeitos que a apreensão da subjetividade no discurso impõe sobre o paciente. Efeito que é propriamente o objetivo da psicanálise, tanto no nível de sua prática,

quanto no de sua explicitação teórica, e que incessantemente será retomado e redefinido por Freud.

A consciência desses efeitos aparece cedo na prática freudiana, à época ainda de sua colaboração com Breuer, precisamente no famoso caso "Anna O.". Sua gênese tem mesmo o feitiço de uma evidência empírica:

"Verificamos, com grande surpresa inicial, que cada sintoma histérico individual, imediatamente e permanentemente desaparecia, quando tínhamos conseguido despertar claramente a lembrança do acontecimento que o provocara e a emoção que lhe estava associada, e quando a paciente havia descrito o acontecimento com os maiores detalhes possíveis e traduzido a emoção em palavras. (Breuer e Freud, 1895, p. 47 e 311) Quando isso aconteceu pela primeira vez - quando, como resultado de uma fala acidental e espontânea dessa natureza, durante a hipnose do anoitecer, uma perturbação que persistia, por considerável tempo, desapareceu - fiquei surpreendido." (id., p. 77) (c)

Além de encontrarmos aí um resumo de grande parte do que já discutimos - a transformação de alguma 'coisa' em palavra, no caso, a emoção, e a necessidade do **ter que ser dito** e nos mínimos detalhes, pois a pura lembrança não é suficiente - aparece já explicitado um dos pilares daquilo que virá a se chamar psicanálise: a cura pela palavra. O efeito cartático da tradução em palavras (em discurso do paciente) das lembranças e emoções (cf. Breuer e Freud, 1895, p. 58 e 311), permite-nos precisar uma certa noção da função ativa da linguagem que já indicávamos no do item anterior. Antes mesmo de ser explicitada na psicanálise uma função expressiva e compreensiva, a linguagem emerge da experiência freudiana com uma função transformadora. Vê-se, aqui, um **segundo** e parcial sentido do caráter constitutivo da linguagem, tomando como o primeiro o das "redes". Agora, a fala, mais que expressar um certo arranjo da subjetividade, promove sua transformação: elimina sintomas, 'desativa' emoções, como que canalizando-as de maneira adequada - maneira adequada que é precisamente sua tradução em palavras. Ora, para que a fala tenha essa eficácia é necessário supor que a linguagem aparece, em alguma medida, como constitutiva, até das emoções.

Mas a fala como função de transformação da subjetividade acaba ganhando na psicanálise uma extensão maior que as soluções de sintomas isolados. Quando Freud nos diz, a respeito do caso da Sra. Emmy, que era obrigado a ouvir as histórias de sua paciente "com todos os pormenores até a **última palavra**" (Breuer e Freud, 1895, p. 105 - o grifo é nosso), já anunciava o que Rieff chama de "expansão significativa que Freud deu à técnica de Breuer", qual seja,

(c) É claro que a noção que empregamos de **evidência empírica** é discutível. Em outro lugar (Ceies, 1984, p. 79ss) indicamos que a experiência narrada por Breuer e Freud só adquire feições de evidência porque, por assim dizer, coincide ou encontra em Freud e Breuer uma certa e específica disposição. É esta disposição que os faz tomar a experiência como uma surpresa, uma novidade, e a surpresa como evidência de uma realidade, até possibilitar a Freud uma crítica completa da atitude médica tradicional, aquela mesma que teve que ser criticada, para se tomar a experiência como evidência de uma realidade nova e, claro, impositiva. É só, certamente, em um certo jogo ou tensão próprio entre o sujeito e a experiência que se pode falar em alguma coisa do tipo **evidência empírica**.

"de dirigir o esforço de recordação do paciente na primeira ocasião de aparecimento de seu sintoma, no sentido de um retrocesso à sua história de vida completa". (Rieff, 1979, p. 61)

A tomada da história do paciente de maneira completa define, então, a imparidade do método de Freud. A psicanálise se põe como uma espécie de "cartase" completa do paciente, se é que podemos falar assim. Muito depois de **Estudos sobre a Histeria** (Breuer e Freud, 1895), Freud reafirma a tendência essencial da psicanálise em tomar ou reinscrever a história completa do paciente, sob uma certa noção de "direção regressiva":

"... (A) direção regressiva tornou-se uma característica importante da análise. Era como se a psicanálise não pudesse explicar nenhum aspecto do presente sem se referir a algo do passado..." (Freud, 1914, p. 19)

Se a regressão é possível pela e na narrativa do paciente, a interpretação deixa de ser compreendida como elucidação do sentido isolado dos sintomas, sonhos, etc, para se constituir em um procedimento de elaboração da história do paciente. É como se "interpretar" fosse fazer história, revelando-nos a subjetividade como produto dessa historiação. Em continuidade ao texto anterior, Freud prossegue:

"... (É como se a psicanálise tivesse descoberto) que toda experiência patogênica implicava numa experiência prévia que, embora não patogênica em si, havia, não obstante, dotado esta última de sua qualidade patogênica." (id. ib.)

É como se a psicanálise tivesse que reelaborar toda a experiência do paciente, até uma determinada 'primeira experiência'. E a maneira dessa reelaboração, Freud já a descobrira desde o caso "Anna O.": é uma reelaboração discursiva; traduzir as experiências, todas elas, até a última, em palavras. O discurso aparece, assim, como aquilo que resgata a verdade do paciente de tal maneira, que o transforma em totalidade: faz-lhe a crítica, segundo uma terminologia de Lorenzer (1976, p. 26). (d)

(d) É bem verdade que o "para onde" ou o "para que" o paciente é transformado, constitui-se no "espinho no pé da psicanálise", desde quando ela começou a recusar os parâmetros médicos de "doença", "cura", "sanidade", etc. No entanto, parece-nos errado supor que essa tendência de rejeição dos padrões médicos seja tendência exclusivamente devida a certos desenvolvimentos posteriores a Freud. Freud mesmo, e por diversas vezes, insiste, apesar de manter o uso de alguns daqueles conceitos médicos, que, na psicanálise, trata-se do homem todo. Que ela não só constitui-se em uma crítica ao homem (cf. por exemplo, Freud, 1917 e, 1925), como ainda impõe-lhe uma tarefa que se expressa de maneira bastante intrigante naquela famosa frase: **Wo Es war, soll ich werden**, ao que acrescenta: "é uma obra de cultura" (Freud, 1933, p. 102). Ora, parece insinuar-se que, para Freud, a tarefa da psicanálise (ou aquela que ela dá ao homem) é uma tarefa de hominização, verdadeiramente. No entanto, tal interpretação significa conceber a psicanálise com o estatuto de ciência fundamental, de uma antropologia propriamente filosófica, coisa que Freud explicitamente rejeita.

Então, a subjetividade aparece em uma espécie de relação negativa com o discurso: ela é aquele não-dito, sempre à espera de ser dito, para resgatar a verdade. "Não-dito" que podemos supor como a linguagem, porque disível, passível de se converter em palavras. Assim, o sujeito "pleno", suposto que o seja após a psicanálise, seria aquele cuja subjetividade está resgatada ou constituída em sua verdade pelo discurso de si mesmo. A subjetividade aparece na prática analítica como função da historiação.

"O que era preciso não era apenas fazer reviver a recordação; era ter o meio de a chamar, de a nomear, de a identificar, de tal modo que a recordação esquecida do incidente e do estado afetivo reencontrasse o caminho do relato, do discurso e reencontrasse na rede da linguagem... É este discurso que torna acessível à razão o que até então permanecia inacessível porque não formulado e estranho à consciência. E por outro lado, a articulação do discurso põe a representação patogênica no seu justo lugar por via da associação." (Huber, Piron e Vergote, s/d, p.16/17)

Estes comentários a respeito da ainda incipiente psicanálise, dão ao procedimento da "interpretação" o seu sentido próprio. Permite-nos, assim, compreender a linguagem para além de uma função meramente expressiva. Ela permanece meio, ou o terceiro termo indicado por Forrester. Mas, meio que é ele mesmo substitutivo, meio pelo qual o paciente se resgata como subjetividade falada - sujeito construído na linguagem.

Se a nossa leitura não falha, vemos completar-se o segundo sentido da construtividade da subjetividade pela linguagem que os procedimentos psicanalíticos subentendem. Sentido este que Freud, em 1937, define com todas as letras:

"Se nas descrições da técnica analítica se fala tão pouco sobre 'construções', isso se deve ao fato de que, em troca, se fala nas 'interpretações' e em seus efeitos. Mas acho que 'construção' é de longe a descrição mais apropriada. 'Interpretação' aplica-se a algo que se faz a algum elemento isolado do material, tal como uma associação ou uma parapraxia. Trata-se de uma 'construção', porém, quando se põe perante o sujeito da análise um fragmento de sua história primitiva, que ele esqueceu." (Freud, 1937, p. 297)

O sujeito da análise se qualifica na história construída no discurso entre analisando e analista. A historiação do sujeito da análise tem efeito transformador, (re)construtivo de sua subjetividade.

Devemos, no entanto, antes de concluirmos, retomar a solução encontrada por Freud para o problema do limite da psicanálise, solução que já esboçamos na forma do 'simbolismo', para sublinhar um **terceiro** e radical sentido que assume a linguagem como constitutiva da subjetividade no interior dos procedimentos psicanalíticos.

A situação limite da psicanálise aparece, quando as possibilidades de construção da história do paciente, ou simplesmente de elucidação de um fragmento, se esgotam por via associativa. Daí, a interpretação ou a complemen-

tação de um fragmento da história do paciente, que o analista propõe, terá de encontrar seu fundamento fora das particularidades do discurso do paciente, ainda que permaneça, de alguma maneira, a ele referida. A consciência desse impasse e as tentativas para a sua solução e para a sua compreensão teórica, são antigas na psicanálise. Datam dos **Estudos sobre a Histeria**:

"Em outros casos (de histeria) a conexão causal (entre o evento particular e o sintoma) não é tão simples. Consiste no que poderia ser denominado uma relação 'simbólica' entre a causa precipitante e o fenômeno patológico" (Breuer e Freud, 1895, p. 45);

passam pelas obras posteriores de Freud, cujo acréscimo do capítulo sobre o simbolismo na **Interpretação dos Sonhos** (Freud, 1900) é testemunha, e chega a **Construções em Análise** (Freud, 1937), numa postura que nos revela um Freud certo da solução, pelo menos prática, do problema;

"O caminho que parte da construção do analista deveria terminar na recordação do paciente, mas nem sempre ele conduz tão longe. Com bastante frequência não conseguimos fazer o paciente recordar o que foi reprimido. Em vez disso, se a análise é corretamente efetuada, produzimos nele uma convicção segura da verdade da construção, a qual alcançará o mesmo resultado terapêutico que uma lembrança recapturada." (Freud, 1937, p. 300)

É no discurso do analista que o paciente se reconhece, se constitui. Mesmo que o reconhecimento do paciente seja necessário, na forma de uma "convicção segura da verdade da construção" (e isto representa a recuperação, em alguma medida, da particularidade individual, uma vez que na forma de uma associação ela não se faz possível), é no discurso do **outro** que sua subjetividade termina construída.

A verdade da construção - que propriamente significa o resgate da verdade subjetiva - onde encontra seu critério? Além dos critérios práticos ou empíricos da "análise corretamente efetuada", certamente que a psicanálise estabelece, à maneira do simbolismo, critérios teóricos de sua validação. Certamente que, a esses critérios teóricos, impõe-se a exigência de universalidade — uma vez que estão perdidas as referências singulares do discurso do paciente.

Mesmo não nos enveredando pela discussão da teoria, conforme delimitamos inicialmente, as indicações precedentes nos permitem esboçar um sujeito da análise cuja verdade está construída numa linguagem transindividual e cuja subjetividade está inscrita para além (ou aquém) de suas particularidades individuais.

Daí porque a fala particular do paciente, tomada em uma linguagem simplesmente expressiva, e a função da psicanálise como hermenêutica não se sustentam. A "construção" é uma crítica ao discurso do paciente, mesmo que sempre o tome como condição necessária. A "construção" é crítica, porque faz incidir sobre o singular a condição universal de sua possibilidade; porque inscreve o sujeito particular no universalmente humano (ainda que seja para resgatá-lo na particularidade de seu desejo).

CONCLUSÃO

Na medida em que este texto acabou se constituindo em um artigo a ser publicado, algo como uma conclusão foi requerida.

Como se depreende, então, no texto original não havia "conclusão", senão conclusões parciais distribuídas ao longo das diversas facetas das discussões desenvolvidas.

Todas as tentativas de "uma conclusão" terminaram no mesmo impasse: eram parciais.

A despeito das limitações do autor, algumas considerações de caráter metodológico, então, se impuseram, que são a seguir esboçadas, parcialmente, à guisa de conclusão.

Recapitulando, fizemos uma determinada leitura de alguns aspectos dos procedimentos da psicanálise, tais como indicados por Freud, a fim de identificar determinadas relações entre subjetividade e linguagem neles implicadas. Concluímos que a estrita concepção da linguagem, como função de expressão da subjetividade, é parcial. Evidenciamos pelo menos três sentidos nos quais a linguagem aparece como constitutiva da subjetividade.

Para delimitarmos a radicalidade da função constitutiva da linguagem, lançamos mão de uma noção de "limite da psicanálise". Isto pode, não sem razão, levar as duas ordens de mal entendidos que se revelam, afinal, como duas faces de uma mesma moeda.

A primeira ordem de mal entendidos, traduzir-se-ia na idéia de que há um bem delimitado limite para a psicanálise. Em dois sentidos isto é difícil de estabelecer. Freud mesmo foi o responsável pelo alargamento do campo psicanalítico a tudo que diz respeito ao humano (cf., por exemplo, Freud, 1925b, p. 78s). A psicanálise foi efetivamente usada por ele, desde a solução de sintomas histéricos isolados, até a compreensão de fenômenos culturais, como a religião, os ideais, as artes, a mitologia, e, até mesmo, como explicação para o fato cultural propriamente, ou civilizatório, nos termos de Freud. E não se limitou aí. Em **Além do Princípio do Prazer** (Freud, 1920), por exemplo, a hipótese psicanalítica da "pulsão de morte" é estendida a todos os seres vivos, até aos organismos mais simples, vinculando-os à natureza inorgânica. Enfim, "...os limites de sua (psicanálise) influência ainda não estão à vista" (Freud, 1923, p. 307).

Tomando estritamente a relação analista analisando, a idéia pode levar a crer que o processo analítico vai avançando até um determinado momento, a partir do qual não se estaria mais fazendo psicanálise. Esta interpretação, ainda que possa transparecer em trechos específicos do texto (como, por exemplo, às páginas 9 e 15), é, no entanto, contradita em sua totalidade e segundo os desdobramentos da argumentação. Talvez tenhamos que admitir que a noção "limite da psicanálise" seja inadequada para o caso. Porque, o que muito mais se frisa no texto com a expressão é o limite das associações do paciente. Como assinala Forrester (1983), este fenômeno se constituiu em uma questão permanente para Freud, desde quando se apercebeu de que a hipótese da "resistência" não o explicava totalmente. A experiência parecia mostrar que se tratavam de "recordações" pré-verbais, o que explicaria a impossibilidade do paciente associá-las a palavras, o que quer dizer, impossibilidade do paciente lembrá-las. A partir daí, se podem entender os motivos, pelo menos parciais, da introdução de hipóteses, noções ou conceitos que o próprio Freud não exitou em chamar de "fantasias científicas" (1985/1915/, p. 82) ou "mitos científicos" (1921, p. 170).

Esses, vamos dizer assim, parâmetros míticos na psicanálise, que abrangem desde noções como, por exemplo, "recalque primário", vai a construções de hipóteses filogenéticas, constituindo o que poderíamos chamar de verdadeiros "mitos de origens". Talvez não se encontre texto importante de Freud, que, de uma ou de outra maneira, não as tome em consideração. Tais construções não são inócuas em relação à prática analítica. Elas, como que por assim dizer, guiam as ou traduzem-se nas "construções" do analista, nas interpretações simbólicas e, efetivamente, em toda intervenção do analista, na medida em que ela jamais é a pura repetição do que o analisando diz. E isto não é só porque na interpretação existem, permitam-nos dizer, coisas pessoais do analista - se se parece aí, não haveria psicanálise -, mas porque ela se fundamenta, de uma ou de outra maneira, e necessariamente, em um discurso (teoria!) transindividual.

Ora, continua-se, assim, com as "construções", francamente no campo psicanalítico, não só porque Freud o estendeu, como também por questões cujas razões podem ser intrapsicanaliticamente definidas. É no pressuposto deste último aspecto que a argumentação do texto foi desenvolvida.

A outra face da moeda, faria crer que a psicanálise se dá em um contínuo que começa com as associações das idéias e vai a seu esgotamento, onde entrariam as "construções". Daí, concluir-se-ia que, então, a noção da função constitutiva da linguagem com relação à subjetividade aplicar-se-ia somente a certas partes do processo e do procedimento analítico, mais adequadamente à seu período terminal e às "construções" do analista, em um sentido restrito, respectivamente. (e)

Se esta idéia restou da leitura do texto, é bom que se a corrija. Em nosso entendimento, isto não se dá desta maneira. O texto segue, necessariamente, uma ordem limitada de argumentação. Justificando-nos, poderíamos repetir Freud: "... até mesmo a psicanálise não conseguiu estudar todas as áreas simultaneamente e expressar suas opiniões sobre todos os problemas de um fôlego só" (1933, p. 76).

Para corrigir a idéia, lembremos que "história" tem na psicanálise, sentido para o consciente (cf. Green, 1971, p. 16). O inconsciente é intemporal. Isto foi o que cedo a experiência de Freud mostrou, a saber, que, somente enquanto narrativa, o material "recordado" ganha sentido histórico. E que a revelação, vamos dizer assim, do material da análise não obedece aos parâmetros temporais da história do paciente, senão sob a crítica da análise. Entendemos que a história como história é construída no discurso entre analista e analisando, a cada momento. Podemos dizer de outra maneira, a saber, que em cada fragmento do material existe a dimensão construtiva, seja porque é sempre um fragmento cuja inteligência tem que ser construída (conforme já argumentávamos acima), seja, e principalmente, porque cada fragmento do material de análise é uma construção discursiva. Por isso, pensamos que seria mais de acordo com os "fatos" analíticos, se se quer formular uma conclusão, dizer que a psicanálise se revela como um procedimento de construção discursiva da subjetividade. O que permitiria compreender o lugar da linguagem na psicanálise como sendo o lugar constitutivo.

(e) A noção de um sentido técnico restrito de "construção" é aqui, como também acima, percebese, usada heurísticamente. Vale lembrar que Laplanche e Pontalis (1970, p. 141s) faz-lhe uma crítica.

REFERENCIAS

- BREUER, J. & FREUD, S. (1895). Estudos sobre a Histeria. Em *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud*. Rio de Janeiro: Imago (SB), vol. II, 1974.
- CELES, LA.M. (1984). A Novidade da Concepção de Sujeito na Psicanálise e sua Oposição ao Sujeito na Psicologia. *Dissertação de Mestrado*. Brasília: UnB — Mestrado em Psicologia.
- FORRESTER, J. (1983). *A Linguagem e as Origens da Psicanálise*. Rio de Janeiro: Imago.
- FREUD, S. (1900). A Interpretação dos Sonhos. Em *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud*. Rio de Janeiro: Imago (SB), vol. IV e V, 1972.
- FREUD, S. (1913). O Interesse Científico da Psicanálise. Em SB, vol. XIII, 1974, pp. 199 a 229.
- FREUD, S. (1914). A História do Movimento Psicanalítico. Em SB, vol. XIV, 1974, pp. 16 a 88.
- FREUD, S. (1917). Uma Dificuldade no Caminho da Psicanálise. Em SB, vol. XVII, 1976, pp. 171 a 179.
- FREUD, S. (1920). Além do Princípio do Prazer. Em SB, vol. XVIII, 1976, pp. 17 a 85.
- FREUD, S. (1923). Dois Verbetes de Enciclopédia. Em SB, vol. XVIII, 1976, pp. 285 a 312.
- FREUD, S. (1925a). As Resistências à Psicanálise. Em SB, vol. XIX, 1976, pp. 265 a 279.
- FREUD, S. (1925b). Um Estudo Autobiográfico. Em SB, vol. XX, 1976, pp. 17 a 92.
- FREUD, S. (1933). Novas Conferências Introdutórias sobre Psicanálise. Em SB, vol. XXII, 1976, pp. 13 a 220.
- FREUD, S. (1937). Construções em Análise. Em SB, vol. XXIII, pp. 291 a 308.
- FREUD, S. (1950/1895/). Projeto para uma Psicologia Científica. Em SB, vol. I, pp. 381 a 517.
- FREUD, S. (1985/1915/). *Neurose de Trans. erência: uma Síntese — Manuscrito Recém-Descoberto*. Rio de Janeiro: Imago, 1987.
- GREEN, A. (1971). El Psicolanálisis ante la Oposición de la Historia y la Estructura. Em J. Sazbón (Seleção) *Estruturalismo y Psicoanálisis*. Buenos Aires: Nueva Vision.
- GUINSBURG, J. (org.) (1985). *O Romantismo*. São Paulo: Perspectiva (2.^a ed.).
- GUSDORF, G. (1976). *Naissance de la Conscience Romantique au Siègle des Lumières*. Paris: Payot.
- HARTMANN, N. (1983). *A Filosofia do Idealismo Alemão*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian (2.^a ed.).
- HUBER, W., PIRON, H. & VERGOTE, A. (s/d). *A Psicanálise, Ciência do Homem*. Lisboa: Livros do Brasil.

* Como se tornou costumeiro, as obras de Freud são indicadas pelo ano de sua primeira publicação, seguido, entre barras"/", do ano em que foram escritas, quando muito distante do da publicação. Ao fim da indicação da obra, é dado o ano da edição utilizada nas citações, bem como as páginas. Nas demais obras, é indicado somente o ano de publicação da edição utilizada, logo após o nome do autor.

- LACAN, J. (1978). *Escritos*. São Paulo: Perspectiva.
- LAPANCHE, J. & PONTALIS, J. - B. (1970). *Vocabulário da Psicanálise*. Lisboa: Martins Fontes.
- LORENZER, A. (1976). *Sobre el Objeto del Psicoanálisis: Lenguaje e Interacción*. Buenos Aires: Amorrortu.
- RIEFF, P. (1979). *Freud: Pensamento e Humanismo*. Belo Horizonte: Interlivros.

Texto recebido em 24/6/87.